



Governo do Estado de São Paulo  
São Paulo Previdência  
Conselho SPPREV

## ATA DE REUNIÃO

**Nº do Processo:** 152.00013639/2023-71

**Interessado:** São Paulo Previdência

**Assunto:** Ata da 181ª Reunião do Conselho Fiscal

Aos 19 (vinte e dois) dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, nesta cidade de São Paulo, no Gabinete da Presidência da São Paulo Previdência, sito a Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, ala Sé, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Samuel Paulo Viana da Silva, bem como os Conselheiros Titulares Arno Meyer, Philippe Vedolim Duchateau, Anselmo Deniz Campos Junior, Diego Marcelino dos Reis Teixeira. Ausente, por motivos justificados, James Felipe Piazza, sendo substituído pelo seu suplente Marcos Akamine Wolff. Ausente, por motivos justificados, o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, sendo substituído pelo Gerente de Planejamento e Controle, o senhor Marcos de Oliveira Campos. Também presentes na reunião a Gerente de Finanças e Contabilidade, a senhora Ivete Tie Nagata, bem como os analistas previdenciários Valdemir Roberto Machado de Moraes e André Carvalho Penafieri. O Presidente do Conselho Fiscal declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da Reunião 180ª; Informes gerais; Apreciação do

Balancete de Maio de 2023 e Relatórios de Investimentos de Junho de 2023. Depois, foi passada a palavra a Marcos de Oliveira Campos que falou sobre os Informes Gerais. Nesta oportunidade, Marcos de Oliveira Campos informou sobre o andamento da reforma do piso da sede da SPPREV. Marcos de Oliveira Campos também falou sobre o processo de auditoria na SPPREV pelo Ministério da Previdência Social. Segundo explicou, a auditoria pelo Ministério da Previdência Social é uma fiscalização não presencial, tratando-se de 11 (onze) auditorias de documentação. Marcos de Oliveira Campos informou que o Ministério da Previdência Social demandou referida auditoria na SPPREV via Governador. De imediato, foram solicitadas algumas documentações a SPPREV, as quais foram encaminhadas e no momento estamos aguardando. Tal fiscalização não tem um prazo definido para durar, possivelmente ocorrerá durante os próximos meses. Nessa primeira etapa, foi solicitado o envio das demonstrações contábeis e notas explicativas dos anos 2020, 2021 e 2022, bem como toda a apuração da taxa de administração desta autarquia. Marcos de Oliveira Campos informou sobre outra auditoria que também está acontecendo na SPPREV, que é a auditoria de fiscalização do Tribunal de Contas. Do Estado de São Paulo. Conforme declarou o Gerente de Planejamento e Controle, desde o ano de 2021, o Tribunal de Contas vem realizando auditoria semestral na SPPREV. Na fiscalização atual foram requisitados vários documentos pelo Tribunal de Contas, que já foram entregues pela SPPREV. O único item que a que a SPPREV pediu uma dilação de prazo foi em relação às próprias demonstrações contábeis, porque o sistema, o SIAFIM fechou agora no dia 30 (trinta) de junho, então ainda não está pronto. Estamos iniciando o processo de elaboração dessas demonstrações contábeis semestrais. Marcos de Oliveira Campo destacou que essas auditorias do TCE não têm um prazo definido para haver o julgamento final. As últimas contas da SPPREV julgadas e aprovadas, com algumas ressalvas, são do exercício de 2019. A SPPREV ainda não teve as contas de 2020, 2021, 2022 e 2023 julgadas. E quando há o julgamento, a SPPREV publica no site da autarquia o resultado, por conta de transparência. Em relação à Proposta Plurianual, tiveram algumas fases, como a aprovação da estrutura do PPA e o lançamento da previsão de metas e recursos no sistema da Secretaria da

Fazenda. Já a Proposta Orçamentária da SPPREV para o exercício de 2024, esta é discutida internamente e, uma vez aprovada pela Diretoria Executiva, ela precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração também. Assim referida Proposta foi aprovada pelo conselho de administração no dia 7 (sete) de julho e no momento estamos em fase de lançamento no sistema da Secretaria. Após, o Governo do Estado terá até o dia 30 (trinta) de setembro para enviar um projeto de lei orçamentária para ser votado na Alesp até o final do exercício. O Gerente de Planejamento e Controle também informou que na presente data foi publicada a Lei Complementar 1388/23, que trata do reajuste de 6% para todos os servidores do estado. A SPPREV já estava se preparando internamente, aguardando a publicação dessa lei, a fim de que referido reajuste possa ser aplicado já no próximo mês, nas folhas de pagamento tanto na parte previdenciária, como na administrativa. Nesse momento, finalizados os informes gerais, foi passada a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, que quis saber se há informações sobre a Bonificação por Resultados dos funcionários desta autarquia, no que o Gerente de Planejamento e Controle afirmou que não há informações até o presente momento. Depois, foi passada a palavra à Gerente de Finanças e Contabilidade para apresentar a parte previdenciária do Balancete de Maio de 2023. Começando pelas receitas, em relação ao mês de abril, neste mês é possível verificar um aumento, havendo vários pontos que impactaram nesse aumento. Um desses pontos foram os royalties, pois neste mês a SPPREV recebeu a participação especial. Consequentemente, a insuficiência financeira teve uma pequena queda. Outro impacto sentido foi em relação a regularização das universidades. Ivete Tie Nagata também falou sobre a contribuição de ativo e patronal, apontando uma queda da regularização da UNESP bem como sobre o recebimento das obrigações de pequenos valores. Sobre as receitas oriundas do COMPREV, a Gerente de Finanças e Contabilidade esclareceu que houve uma diminuição por conta da baixa quantidade de requerimentos sendo aprovados. Em relação às despesas, a Gerente de Finanças e Contabilidade também apontou uma queda na parte de inativos como consequência das regularizações das universidades. Já as despesas de pensionistas, verificou-se uma queda normal de folha e a despesa de

Comprev houve um aumento. como reflexo da quantidade de requerimentos que a SPPREV aprovou. A diferença de receitas e despesas basicamente é a insuficiência, a receita de Comprev em relação aos meses anteriores, a receita de royalties e algumas pendências de liquidação e regularização do mês. Em seguida, o Conselheiro Philippe Vedolim Duchateau pediu a palavra, momento em que pediu para que fosse esclarecido sobre o problema de regularização das Universidades Paulistas. A Gerente de Finanças e Contabilidade então esclareceu que o problema foi decorrente da mudança de UG. Conforme explicou Ivete Tie Nagato, o orçamento foi para uma UG e as Universidades estavam fazendo os lançamentos em uma nova UG. Então, até a regularização de transferir o orçamento de uma UG para outra, acabou gerando tais pendências no começo do ano. As Universidades estavam aguardando a publicação de um decreto de transferência do orçamento. né? Por conta da reforma administrativa do início do ano. Após, foi passada a palavra a Valdemir Roberto Machado de Moraes para apresentar a parte da Administração do Balancete de Maio de 2023. Desta forma, Valdemir Machado de Moraes falou sobre as receitas, que foi maior do que no mês anterior, por conta dos rendimentos dos investimentos, as restituições de custos pelas consignatárias e a taxa de administração. Valdemir Machado de Moraes também falou sobre as regularizações do Centro Paula Souza, referente a cota do mês de abril e da Unicamp referente as duas cotas dos meses de março e abril, bem como sobre a antecipação da Secretaria de Turismo de uma cota única de junho, que foi antecipada para maio. Nesta oportunidade também foi citada a pendência da Secretaria da Comunicação que também decorreu da reforma administrativa do Estado no início do ano. Marcos de Oliveira Campos esclareceu que essa questão da Secretaria de Comunicação ocorreu por ser uma Secretaria nova. Ela Foi criada nesse Governo e ela estava aguardando a redistribuição do orçamento para que conseguisse regularizar. Como se trata de uma nova Secretaria, ela estava aguardando a redistribuição do orçamento para ela, a fim de que conseguisse regularizar isso. O que acabou demorando um tempo até sair esse decreto de regularização orçamentária. Sobre a despesa, Valdemir Machado de Moraes apontou uma queda no mês de maio, em relação a abril. Valdemir Machado de Moraes então falou sobre o aumento das

despesas com a contratação de consultoria atuarial, com os serviços de limpeza, outros serviços de terceiros e serviços de utilidade pública. Na parte de redução de despesa, Valdemir Machado de Moraes apontou a diminuição de despesas com passagens aéreas e diminuição nas despesas de TI. Na parte de contratos, houve uma movimentação que consiste na renovação por mais um ano do contrato com a Prodesp. Neste ponto, o Gerente de Planejamento de Controle interveio e explicou que, em relação ao ressarcimento para a Secretaria da Fazenda, nesse mês de maio entrou o ressarcimento referente ao mês de janeiro. Nos meses anteriores, ele não apareceu na despesa pois, nos meses anteriores, houve o ressarcimento também, só que era referente ao exercício de 2022. Então são eram despesas que estavam inscritas em restos a pagar. Até o mês passado, essa despesa era demonstrada na execução do quadro da página 36. Isso porque essa questão do ressarcimento tem alguns meses de defasagem, pois a Secretaria da Fazenda primeiro efetua os pagamentos pelos serviços de limpeza e vigilância para depois apurar a participação das pessoas e encaminhar ofício para a SPPREV com o valor a ressarcir. Por conta desse procedimento é que existe um atraso e só agora no mês de maio que a SPPREV fez o ressarcimento do mês de janeiro. O Presidente do Conselho Fiscal quis saber sobre o objeto do contrato com a Prodesp, no que Marcos de Oliveira Campos explicou que se refere a contratação de um ambiente de nuvem pública, que é um contrato necessário par questão do Sigeprev, do sistema de gestão previdenciária da SPPREV. Em seguida, mais uma vez foi passada a palavra a Valdemir Machado de Moraes que comentou sobre as principais alterações em relação às ocorrências de auditoria. do exercício de 2022. Conforme esclareceu Valdemir Machado de Moraes no presente relatório de auditoria há os conceitos de *solucionado*, *esclarecido* e *pendente*. Quanto ao conceito de solucionado, avaliamos o fundamento da ocorrência. e a constatação da solução. Com relação ao conceito de esclarecido, é avaliado o fundamento da ocorrência e o esclarecimento do problema levantado. E o conceito de pendente é quando ocorrência continua ativa. Valdemir Machado de Moraes reforçou que as ocorrências são citadas como solucionadas e esclarecidas serão reavaliadas pela próxima auditoria, que deve confirmar ou não a solução ou esclarecimento daquele item que foi

considerado dessa forma. No mês de junho, houve uma movimentação especial que foi uma solução. Logo, agora no relatório constam 3 (três) itens solucionados, manteve-se os 13 (treze) esclarecidos e 19 (dezenove) itens pendentes. Dos itens que tiveram movimentação no mês, serão apresentados aqui apenas aqueles que tiveram alguma movimentação no mês. Desta forma, Valdemir Machado de Moraes falou sobre o manual de normas e procedimentos administrativos, a LGPD, a postagem de publicações de benefícios, alçadas e autorizações, a parte da infraestrutura, da parte da tecnologia de informação. Valdemir Machado de Moraes também falou sobre o item sobre a documentação, suporte e aposentadoria que foi solucionado no mês. Por fim, foi passada a palavra a André Carvalho Penafieri que apresentou o Relatório de Investimentos de Junho de 2023. Assim, André Carvalho Penafieri explicou que, em termos de rendimento percentual nominal dos fundos, não houve muita variação em relação ao mês de maio, pois os investimentos acabaram performando em torno de 1%, um pouco mais. Houve também uma variação no valor, no valor de rendimento. Essa variação de valor se deve pelo fluxo de resgate da aplicação. Então, em maio, a SPPREV recebeu a participação especial dos royalties, que é um valor significativo. Desta forma, esse valor foi resgatado para pagamento da folha, no quinto dia útil de junho. Além da participação especial, a segunda quinzena de maio, a SPPREV também recebeu a superávit financeiro dos órgãos. E, ao contrário da participação especial que a SPPREV resgatou em junho, esse valor do superávit continuou aplicado no decorrer do mês de junho. esse valor ficou aplicado. Motivo pelo qual acabou rendendo mais do que em relação ao mês anterior. André Carvalho Penafieri disse que a expectativa para resgatar esse valor do superávit é no quinto dia útil de agosto. Logo, no decorrer do mês de julho, ainda terá um valor significativo aplicado e a tendência é de que no mês de julho, a SPPREV tenha um valor razoável de rendimento. Ao final, após as apresentações o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, o Balancete de Maio de 2023 e Relatório de Investimentos de Junho de 2023. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 23 (vinte e três de agosto) de 2023, quarta-feira, às 10h00min horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente

assinada pelos Conselheiros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Paola Spechoto Camargo, Assessor Técnico Previdenciário**, em 23/08/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Vedolim Duchateau, Usuário Externo**, em 13/09/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arno registrado(a) civilmente como Arno Meyer, Usuário Externo**, em 19/09/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MARCELINO DOS REIS TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 20/09/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANSELMO DENIZ CAMPOS JUNIOR, Usuário Externo**, em 28/09/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA, Usuário Externo**, em 01/10/2023, às 22:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS AKAMINE WOLFF, Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5616644** e o código CRC **2AE0A4AF**.